

14. RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE CEDÊNCIA – MUNICÍPIO DE BRAGA E HOTEL JOÃO PAULO II:

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal o protocolo de cedência a celebrar entre o **Município de Braga** e o **Hotel João Paulo II**, que tem como objeto a cedência de utilização para instalação de zonas de concentração e apoio à população, em cumprimento do disposto na alínea c) do artº 23º da resolução do Conselho de Ministros nº 70/A 2020, de 10 de setembro – Legislação Covid 19.

PROPOSTA

A COVID-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia, no dia 11 de março de 2020.

Neste seguimento têm sido adotadas várias medidas para conter a expansão da doença.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 10 de setembro veio estabelecer a adoção de medidas mais restritivas do que aquelas que têm vindo a ser tomadas depois do estado de emergência, dada a situação vivida em Portugal após o período de verão/férias, pois por um lado, verifica-se um crescimento de número de novos casos diários de contágio da doença e, por outro, com o início do ano letivo escolar prevê-se um aumento de pessoas em circulação.

Neste enquadramento, a alínea c) do artigo 23.º da referida RCM preconiza a *“Colocação em prontidão de equipamento de âmbito municipal ou outro, para eventual necessidade de alojamento de pessoas em isolamento profilático ou em situação de infeção confirmada da doença COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determine a necessidade de internamento hospitalar”*.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Direção-Geral da Saúde definiram um conjunto de procedimentos para a instalação destes equipamentos que denominam de **Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP)**.

Ora,

Considerando que o Município não dispõe de espaços com as características adequadas para a instalação destas ZCAP;

Considerando a disponibilização por parte do Hotel João Paulo II, no Sameiro, de espaço para instalação da Estrutura Municipal de Retaguarda destinado ao alojamento de pessoas em isolamento profilático e/ou em situação de infeção confirmada de COVID-19, que face à avaliação clínica, não determina a necessidade de internamento hospitalar;

Considerando a importância da disponibilização desses espaços, já que permitirão criar as condições necessárias à instalação das ZCAP; e,

Considerando que o objetivo de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nas áreas da Saúde e da Proteção Civil, se enquadram **no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º do Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro,**

PROPONHO a ratificação do acordo celebrado em 1 de outubro de 2020, que se anexa.

Mais se propõe, que os encargos decorrentes da instalação dessas Zonas, que ficarão a cargo da Câmara, sigam os normais procedimentos de contratação, de acordo com o estabelecido no Código dos Contratos Públicos.

Braga, 2 de outubro de 2020

O Presidente,



Ricardo Rio